

Anexo I

Historial – A ideia do Parque Metropolitano no planeamento da Área Metropolitana do Porto, pela Arq.ta Mariana Abranches Pinto (fevereiro 2015)

- Planos, estudos e projetos que referem a importância da proteção, conservação e valorização das serras de Gondomar, Paredes e Valongo e/ou a ideia da criação de uma parque metropolitano nessas serras.

O Anexo I está estruturado em três partes:

- A. breve síntese da pesquisa;
- B. listagem dos documentos consultados assinalando aqueles que no seu conteúdo referem o objetivo da presente pesquisa;
- C. citações contidas nos documentos consideradas mais importantes.

A - A IDEIA DO PARQUE METROPOLITANO NA HISTÓRIA DO PLANEAMENTO DA AMP

Ao longo da história do planeamento da AMP, são vários os documentos que defendem a importância da proteção, conservação e valorização das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal. Muitos dos documentos consultados, na presente pesquisa, propõem com diferentes denominações (desde reserva regional ou natural, parque regional, parque ecológico, a parque metropolitano) a criação de uma área de proteção e lazer – parque metropolitano – abrangendo parte ou a totalidade desta área.

Poder-se-á afirmar que foi Ezequiel Campos, no **Prólogo do Plano da Cidade do Porto de 1932**, que visiona pela primeira vez a cidade como o centro da região e adverte que **o plano deveria alargar-se**, referindo inclusive, como importante a coordenação, entre os diferentes municípios, dos **lugares de recreio**. Uns anos depois, em **1940**, o Arquiteto Giovanni Muzio, a trabalhar para o Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização do Porto, refere a necessidade de se criarem **zonas verdes fora da cidade** (GARRETT, 1974). E no **Anteplano Regional do Porto de 1946**, podemos verificar que a área de estudo estava delimitada como **“zonas arborizadas”** (GARRETT, 1974).

Mas é em **1952, no Plano Regulador da Cidade do Porto** de Antão de Almeida Garrett, que é proposta pela primeira vez a delimitação da serra de Valongo como **Reserva Regional**. *“A todo este sistema interno deverá juntar-se um suburbano de parques de fins-de-semana, e um outro que poderá distanciar-se mais e que deverá ser constituído pelas chamadas reservas regionais e as grandes reservas nacionais”* (GARRETT, 1952).

Posteriormente, em **1975, no Plano da Região do Porto**, de Marshall e Costa Lobo, é proposta a criação de um **Parque Regional** como uma zona de proteção. No Relatório Suplementar de Dezembro de 1975 afirma-se que *“prestam-se estas zonas para importantes fins não recreativos, nomeadamente, para impedir a junção das áreas urbanas, (especialmente no caso do Grande Porto, do Médio Vale do Ave e de Braga), para manter o carácter distintivo dos diferentes vales, e para o fomento da produção de madeiras. A par disso, podem no entanto oferecer oportunidades para recreio quer onde a procura é particularmente forte, quer onde exista significativo potencial recreativo”* (MARSHALL, LOBO, 1975). Em resultado deste plano, a Assembleia Municipal de Valongo deliberou por unanimidade, em 14 de março de 1978, apoiar a iniciativa da criação do Parque Natural de Santa Justa-Serra da Boneca com base num Memorando assinado pelo Presidente da Assembleia Municipal. Tendo sido dado conhecimento a Direção de Planeamento Urbanístico de Entre Douro e Minho, esta na pessoa do seu Diretor, Eng. Humberto Moreira, respondeu em 10 de Maio de 1978, ao Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, anexando planta na escala 1/50000 com o “esboço de limite do Parque” esclarecendo que *“...houve a preocupação de incluir na área proposta em 1975 pelos Consultores, outros trechos de grande potencial paisagístico – as margens do Douro e Tâmega, p.ex.”*.

Depois em **1981**, surge o Projeto de **Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal**, assinado por Nuno Gomes Oliveira, e avança-se na proposta de delimitação de Reserva Natural Parcial. *“Estas serranias falam-nos da história, da biologia, da geohistória; se a soubéssemos salvar e interpretar, podemos transformar serras de Santa Justa, Pias e Castiçal em autênticos laboratórios para o cientista e para o estudante e locais de cultura e recreio para o cidadão. As crianças das escolas, e os adultos porque não, poderiam ir ali ver como funciona uma azenha, aprender como os romanos exploravam o ouro, ou como hoje se explora e trabalha a lousa; podem ver plantas e animais já pouco comuns noutras zonas, e perceber melhor o equilíbrio da natureza; podem, em suma, ter uma lição viva sobre as ciências e as culturas.”* (OLIVEIRA, 1981)

Em **1987** o Relatório - **A Área Metropolitana do Porto- Problemas e prioridades** da CCRN, refere o **Parque metropolitano de Gondomar**. Em **1988/1989** no Programa Operacional Regional da Área Metropolitana do Porto é referido o **Parque Ecológico de Santa Justa**, inserido num programa de parques.

Em **1993** o **Estudo Sócio Económico da Área Metropolitana do Porto**, área constituída pelas Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal é integrada na proposta de um **parque metropolitano**, inserido num corredor ecológico estrutural, com a função de constituir uma cortina verde tampão e contribuir para o equilíbrio ambiental de todo o ecossistema da AMP.

Posteriormente existem três documentos datados de **2004, 2008 e 2009**, coordenados por Teresa Andresen (CIBIO. FCUP), relativos a estudos sobre **“Estrutura Ecológica da Área Metropolitana do Porto”**, **“Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental da Região Norte”** e por último a **“Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto”**. Todos eles incluem as serras em estudo integradas na unidade nascente florestal, no sistema Serras e na tipologia “Monte”. O documento mais recente avança com a proposta do **Parque do Salto** e indica a sua integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas enquanto Área de Paisagem Protegida de interesse regional.

B – LISTAGEM DOS DOCUMENTOS CONSULTADOS

- 1- 1932 – CAMPOS, Ezequiel, Prologo do Plano da Cidade do Porto, Porto.
Aconselha que o plano deveria alargar-se à região e refere como importante a coordenação, entre os diferentes municípios, sobre os lugares de recreio.
- 2- 1945 – SOARES, J.J.M., Alguns rudimentos de urbanização, Edições Marânus, Porto.
- 3- 1946 – GARRETT, Antão de Almeida, A indústria e o Plano Regional do Porto, Separata do n.º 323-234 de «A indústria do Norte» - Novembro e Dezembro.
- 4- 1952 – GARRETT, Antão de Almeida, Plano Regulador da Cidade do Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto.
Propõe que a Serra de Valongo seja classificada como reserva regional.
- 5- 1960 – GARRETT, Antão de Almeida, Sobre o planeamento Regional de Espinho a Viana do Castelo, Separata da revista da Faculdade de Engenharia – Vol. XXV - n.º 1, Janeiro / Junho.
- 6- 1966 – GARRETT, Antão de Almeida, A região urbanística do noroeste português, Separata da revista da Faculdade de Engenharia – Vol. XXXI - n.º 1, Janeiro / Junho.
- 7- 1974 – CARNEIRO et all, Contribuições para o ordenamento do território na Região-Plano do Norte, Comissão de Planeamento da Região do Norte, Novembro, Porto.
Tem um capítulo bastante extenso de Ilídio de Araújo – “Sobre a reforma da administração local” - onde distingue na região norte os compartimentos naturais e socioeconómicos mais importantes e propõe uma rede de centros de apoio rural.
- 8- 1974 – GARRETT, Antão de Almeida, Para quando um Plano Director da Região do Porto?, Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia do Porto, Boletim n.º 13, Março.
No Antepiano Regional do Porto (1946) a área de estudo estava integrada em “Zonas arborizadas”.
- 9- 1974 – GARRETT, Antão de Almeida, História da evolução dos planos gerais de urbanização da cidade do Porto, Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia do Porto, Boletim n.º 14, Junho. (existem 2 documentos iguais)
Em 1940 o Arquitecto Giovanni Muzio aponta a necessidade de zonas verdes fora da cidade.
- 10- 1975 – GARRETT, Antão de Almeida, O Grande Porto – Sugestão do zonamento disciplinador, Secção de planeamento urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Extracto do Boletim n.º 20, Novembro.
Refere a área.
- 11- 1975 – MARSHALL, M.; LOBO, M. Costa, Plano da Região Porto, DGSU, Gabinete do Plano da Região Porto.
Propõe um parque regional.
- 12 – Memorando sobre a “Criação de um Parque Natural” da Assembleia Municipal de Valongo de 6 de março de 1978, assinado por Francisco João Vieira Dias de Carvalho submetido á Assembleia Municipal de 14 de março e aprovado por unanimidade
Propõe a criação de um parque natural.
- 13 - Ofício da Direção de Planeamento Urbanístico de Entre Douro e Minho, de 10 de maio de 1978 dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Gondomar
Assunto: Parque Natural de Santa Justa-Serra da Boneca
- 14- 1981 – OLIVEIRA, Nuno Gomes, Projecto de Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem, Dezembro.
Proposta de criação de uma Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal.
- 15- 1987 - CARDOSO, Abílio et all, Relatório - A Área Metropolitana do Porto- Problemas e prioridades, Comissão de Coordenação da Região Norte.
Aponta a criação do parque metropolitano de Gondomar como um dos projectos prioritários.
- 16- 198..? - CARDOSO, Abílio Silva, Que planeamento para a Área Metropolitana do Porto?
- 17- 1989 – RAMOS, Célia; FIGEIREDO, Maria M., As zonas húmidas na região do Norte, CCRN, DRARN.
- 18- 1989/1988 - Programa Operacional Regional da Área Metropolitana do Porto (PRORAMP)
Refere o projecto para o Parque Ecológico de Santa Justa.
- 19- 1990 – CARDOSO, Abílio Silva, Área Metropolitana do Porto – Que futuro?, CCRN, Série perspectivas, n.º3, Porto.
Afirma que a defesa do ambiente deverá ser um dos elementos importantes da estratégia de desenvolvimento do interior da AMP
- 20- 1993 - FIGUEIREDO, António; GOUVÊA, Conceição; SILVA, Laurinda, Estudo Sócio Económico da Área Metropolitana do Porto –Planum, Assessorias e Projectos, Lda.
Propõe o parque metropolitano inserido num corredor ecológico estrutural e como cortina verde tampão contribuindo para o equilíbrio ambiental de todo o ecossistema da AMP.
- 21- 2004, ANDRESEN, Teresa, et all, Estrutura Ecológica da Área Metropolitana do Porto, ICETA.
A área de estudo está incluída na proposta de Estrutura Ecológica AMP, na unidade territorial nascente florestal.

22-2008, ANDRESEN, Teresa, Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental da Região Norte, PROT-NORTE, Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico, CCDR-Norte.

[A área de estudo está incluída na proposta de Estrutura Ecológica do Arco Metropolitano do Noroeste, no sistema Serras.](#)

23-2009, ANDRESEN, Teresa, *et al*, Rede de Parques Metropolitanos na Grande área Metropolitana do Porto – Relatório final, AMP, CIBIO, Fevereiro.

[Proposta do Parque do salto na tipologia “Monte” e aconselha a sua integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas enquanto Área de Paisagem Protegida de interesse regional.](#)

C – CITAÇÕES DOCUMENTOS CONSULTADOS

1

1932 – CAMPOS, Ezequiel, Prologo do Plano da Cidade do Porto, Porto.

Aconselha que o plano deveria alargar-se à região e refere como importante a coordenação dos lugares de recreio entre os diferentes municípios.

Pág.21-“ ...**o plano da Cidade do Pôrto deve compreender Gaia, Matosinhos e Leça; logo também Gondomar**: seguindo-se a prática universal do plano da expansão urbana, adoptada em tantíssimas cidades de todo o mundo. Madrid. Barcelona, Paris, Berlim...Nova York...Bilbao, Valencia, fizeram de há muito, ou há pouco tempo, o enquadramento urbano das povoações satélites, definindo zonas vastas de cidade”.

Pág. 35- “**Plano Regional de Urbanização. Levando mais longe a previsão da Cidade do Pôrto, dever-se-á estudar também um plano regional de urbanização, pela fatalidade da influência da hegemonia do porto nas vilas e cidades limítrofes, especialmente Espinho, Gondomar, Valongo, Maia, Santo Tirso, Vila do Conde e Póvoa do Varzim, esparsas num terreno tão densamente povoado. – Um raio de 30 quilómetros é considerado hoje no plano de urbanização regional das pequenas metrópoles.**

“Estradas ou troços de estradas melhores (como de Leixões a Vila do Conde e a Santo Tirso; **coordenação de lugares de recreio e habitação; encadeamento das actividades das povoações satélites; estradas novas como a da beira-mar, da Boa-Nova a Vila do Conde...**”

4

1952 – GARRETT, Antão de Almeida, Plano Regulador da Cidade do Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto.

Propõe que a Serra de Valongo seja classificada como reserva regional.



Figura 1 – Capa do Plano Regulador do Porto

Pág. 15 e 16 - “A todo este sistema interno deverá juntar-se um suburbano de parques de fins de semana, e um outro que poderá distanciar-se mais e que deverá ser constituído pelas chamadas reservas regionais e as grandes reservas nacionais.

“Nos arrabaldes rústicos do Porto, nas margens dos rios, nos pinhais junto ao mar, ou nos cabeços arborizados das serras, tem a população belíssimos locais para passear, repousar e tomar excelente ar.

Julgamos poder definir assim este dispositivo verde exterior:

- Parques suburbanos: Mindelo, Ponte da Pedra, Monte Castro, Monte da Virgem, Marginal do Douro.

- **Reservas regionais: Serra de Valongo, Crestuma, Matinha.**

- Grandes reservas nacionais: Marão, Gerês, Leiria.”

8

1974 – GARRETT, Antão de Almeida, Para quando um Plano Director da Região do Porto?, Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia do Porto, Boletim n.º 13, Março.

No Antepiano Regional do Porto (1946) a área de estudo estava integrada em “Zonas arborizadas”.

Pág. 26 – “No sub-solo, relativamente pobre, destacam-se as Minas de Cravão de S. Pedro da Cova e Pejão, os caolinos da Senhora da Hora e os xistos ardosíferos de Valongo”.

Pág. 29 – “No Antepiano Regional do Porto (1946), procedeu-se segundo boa doutrina, marcando as zonas urbanas efectivas e de reserva, as zonas industriais efectivas e de reserva, as zonas rurais e as zonas arborizadas”. A área de estudo está classificada como “**Zonas arborizadas**”



Figura 2 – Anteplano Regional do Porto- Esquemático

9

1974 – GARRETT, Antão de Almeida, História da evolução dos planos gerais de urbanização da cidade do Porto, Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia do Porto, Boletim n.º 14, Junho. (existem 2 documentos iguais)

Em 1940 o Arquitecto Giovanni Muzio aponta a necessidade de zonas verdes fora da cidade.



Figura 3 – Capa do documento

Pág.51 - Carta de 12 de Setembro de 1940, do Arquitecto Giovanni Muzio, Gabinete de estudo do Plano Geral de Urbanização Porto (escrita em italiano) -refere a necessidade de criar **zonas verdes fora da cidade**.

Pág. 82 – Plano Regional, 1941 - No zonamento proposto refere-se “Zonas de reserva – todas as restantes sem limitação, serão conservadas como zonas agrícolas dos cinco municípios confederados, enquanto não tiverem aprovados os seus planos reguladores que se deverão sujeitar ao espírito deste Plano Regional”.

10

1975 – GARRETT, Antão de Almeida, O Grande Porto – Sugestão do zonamento disciplinador, Secção de planeamento urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Extracto do Boletim n.º 20, Novembro.

Refere a área.

Pág. 11 – Relativamente a Valongo – “o acidentado do terreno, onde imperam as serras, obrigou as comunicações e o povoamento a instalarem-se nos apertados vales dos rios Leça e Ferreira”

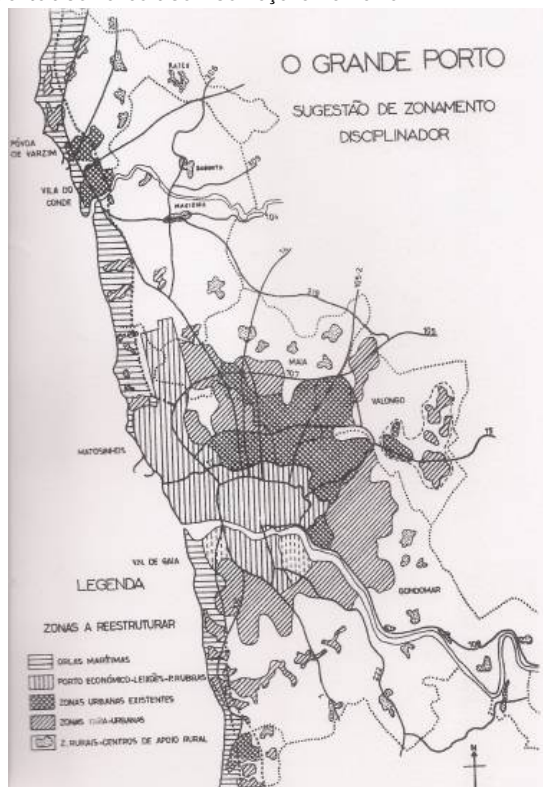


Figura 4 - Sugestão de zonamento disciplinador. Neste zonamento a área de estudo está delimitada como zonas rurais- centros de apoio rural, e zonas para-urbanas.

11

1975 – MARSHALL, M.; LOBO, M. Costa, Plano da Região Porto, DGSU, Gabinete do Plano da Região Porto.

Propõe um parque regional.

Foram consultados três documentos do Plano: “Estratégia proposta” (Junho), “Recreio – Relatório suplementar” (Dezembro) (que está incompleto) e uma Classificação e listagem dos mapas do plano.

- Ilídio de Araújo também fez parte da equipa do plano.

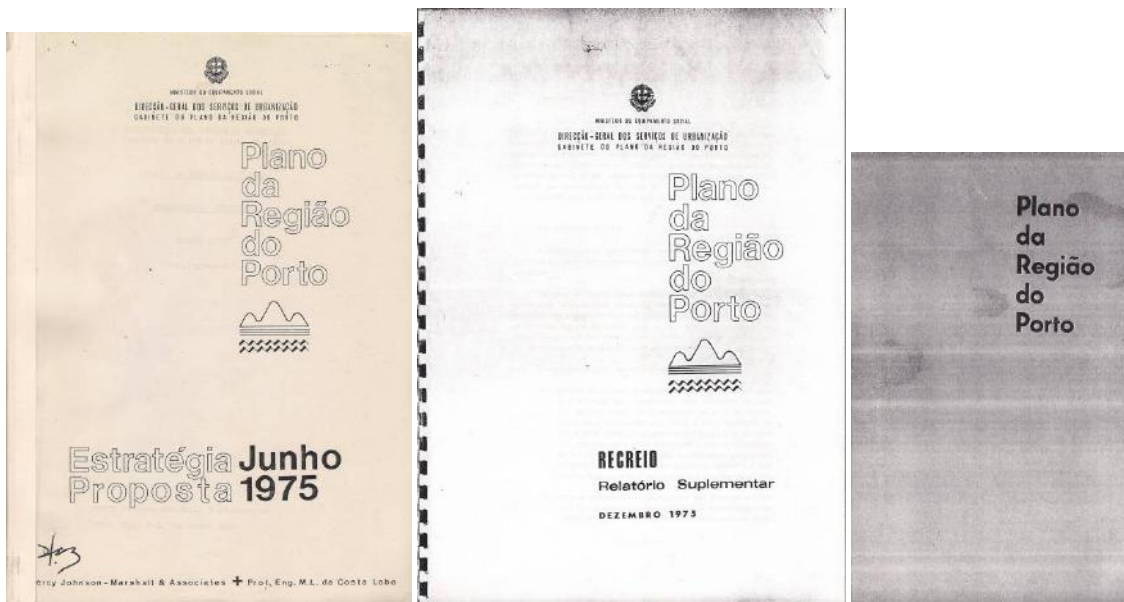


Figura 5 – Capas dos três documentos consultados.

Estratégia Proposta; Junho

Pág. 147 - Estratégia proposta – criação de uma serie de zonas de protecção: A) parque regional; B) Zona costeira; c) As zonas de Mata/Recreio; d) A zona de horticultura.

- a) *Parque Regional – “Este grande trato de terreno predominantemente montanhoso, tem actualmente apenas reduzida população, pouca agricultura e considerável florestação. Tem aptidões para desportos, como a pesca, caça, remo, vela, marcha a montanhismo, além de reunir condições para recreio menos activo, como locais para picnic e contemplação da paisagem. Situa-se convenientemente próxima da zona mais urbanizada do norte do país. A fronteira do parque corresponde ao limite do crescimento para nascente. Esta área deverá designar-se por Parque Regional e orientar-se para fornecer facilidades recreativas. A florestação comercial poderá desenvolver-se no parque mas deverá conduzir-se no sentido de beneficiar a paisagem usando essências nativas ou introduzidas há longa data na região, sobretudo a adicionar aos locais de recreio e ao longo das estradas”.*

Pág. 161 – O parque regional, tal como a costa, horticultura e floresta, deverão ser designadas como “áreas especiais e planeamento nas quais deverão merecer particular atenção todos os requerimentos para iniciativas de desenvolvimento residencial ou outro tipo de ocupação do solo”.

Pág. 166 – Modo de actuar e legislação sobre conservação

“Embora o plano chame especial atenção para a importância e necessidade da salvaguarda das zonas costeiras, florestal e duma área verde de protecção da Aglomeração do Porto, não especifica as medidas através das quais pode ser feita essa salvaguarda. A sua identificação como “áreas especiais” ou “zonas de protecção” pode facilitar a imediata aplicação de estritas medidas de controlo. Contudo, deverá reconhecer-se a necessidade de levar a cabo investigações para identificar os critérios que definam os terrenos de salvaguarda destas áreas em relação a todos os tipos de utilização não desejáveis, e da melhoria das suas condições de amenidade”.

Pág. 169 – Propõe a gestão descentralizada do parque regional como uma das propostas para permitir acções imediatas.

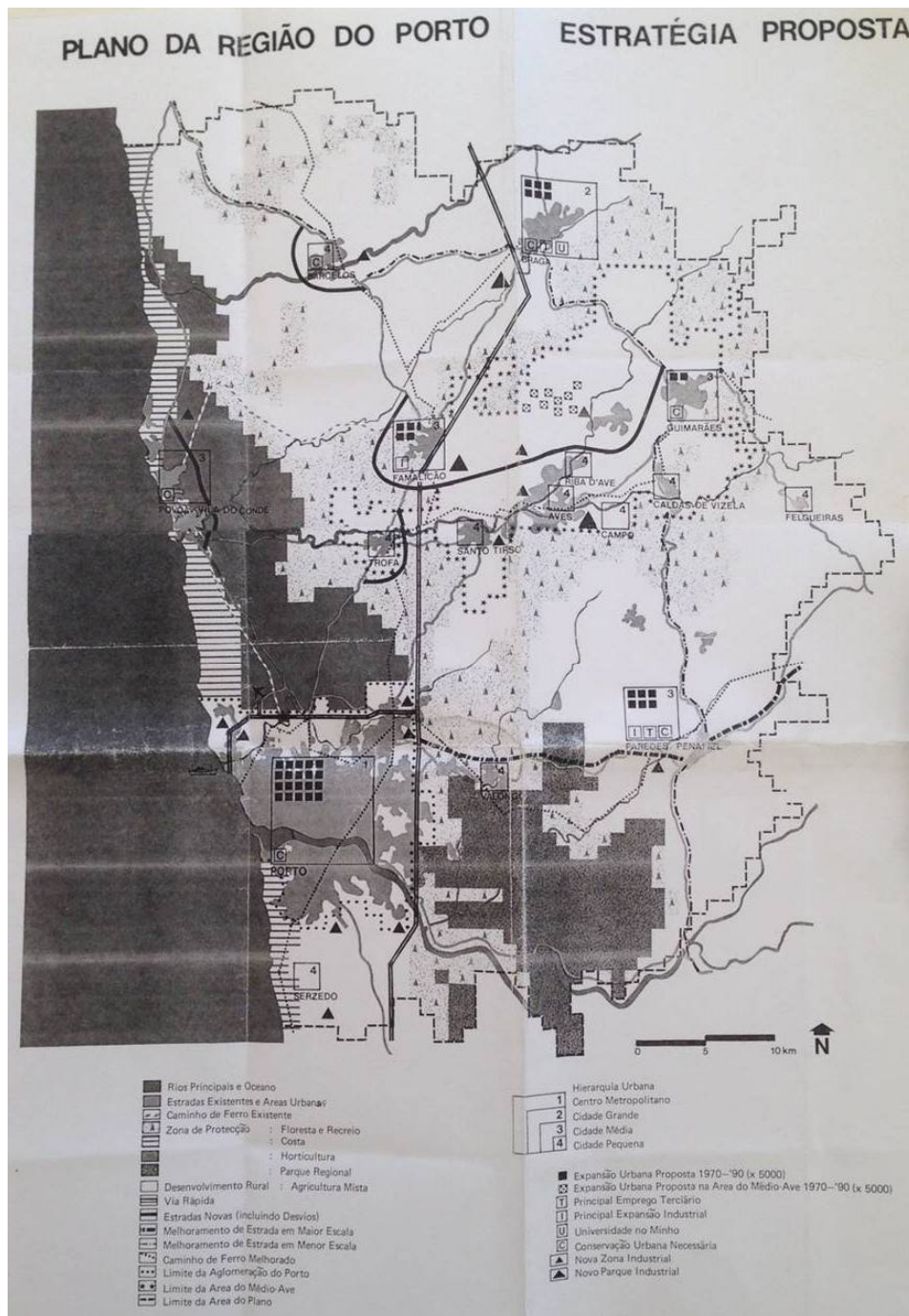


Figura 6 – Plano da Região do Porto. Estratégia proposta.

Recreio - Relatório suplementar; Dezembro

Pag.74 - "As zonas de protecção propostas no relatório de Junho de 1975, para múltiplos usos florestais e recreativos formam uma cintura que se estende de NW para SE encostada à planície costeira e para o interior ao longo das linhas de cumeada que separam os vales do Neiva, Ave, Cavado, Sousa e Douro. Os solos são predominantemente pobres, a sua utilização é quase sempre florestal e a densidade populacional é aí muito baixa.

Prestam-se estas zonas para importantes fins não recreativos, nomeadamente, para impedir a junção das áreas urbanas, (especialmente no caso do Grande Porto, do Médio Vale do Ave e de Braga), para manter o carácter distintivo dos diferentes vales, e para o fomento da produção de madeiras. A par disso, podem no entanto oferecer oportunidades para recreio quer onde a procura é particularmente forte, quer onde exista significativo potencial recreativo.

Recomenda-se que estas zonas fiquem protegidas do crescimento urbano e que se mantenham com predominante ocupação florestal mas que se criem condições para desportos, como a caça e passeios na montana há e nos subúrbios dos principais aglomerados, deverão cuidar-se dos itinerários dos peões e dos sítios panorâmicos, com vista a servir a população local. A mata de exploração comercial poderá predominar nestas zonas florestais, desde que devidamente ordenada, excepto: nas porções junto aos aglomerados e as que marginam as estradas que deverão manter-se com as árvores nativas (carvalhos e outros) ou de há muito tempo introduzidas na região (caso do pinheiro bravo); onde a mata

constitui um importante elemento da paisagem; e em locais com especial interesse recreativo, particularmente em algumas zonas do parque regional proposto, de que se fala a seguir.....

O parque regional proposto para a parte interior da área do plano ocupa para cima de 12.000 há de terreno, embora a sua extensão total não possa ser dada até à definição do seu limite Sul, que se estende para a outra margem do Douro, ou seja, para fora da área do plano. As características e os contornos da parte do parque regional proposto para Norte são examinadas em mais detalhe no apêndice a este relatório."

12

1978 – Memorando sobre a “Criação de um Parque Natural” da Assembleia Municipal de Valongo de 6 de março de 1978, assinado por Francisco João Vieira Dias de Carvalho submetido á Assembleia Municipal de 14 de março e aprovado por unanimidade

Propõe a criação de um parque natural.

“No que se refere às dimensões a atribuir ao futuro parque, penso que haveria vantagem em estendê-lo a partir de Santa Justa no sentido sudeste, até atingir o Douro, por altura da Serra da Boneca que ficaria incluída. Por este motivo, e adoptando a designação provisória de “parque natural de Santa Justa-Serra da Boneca” ele teria cerca de 20km de extensão em serra brava, desabitada e selvagem. “ ... “ O futuro parque, assim delineado, irá abranger terras dos concelhos nossos vizinhos de Gondomar, Paredes e Penafiel e às respetivas câmaras entendo que se deveria oficial, desse já, para lhes dar conhecimento de aspirações que são comuns sobre este plano e o desejo de nos associarmos para a sua realização. ...”

13

1978 - Ofício da Direção de Planeamento Urbanístico de Entre Douro e Minho, de 10 de maio de 1978 dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Gondomar

Assunto: Parque Natural de Santa Justa-Serra da Boneca

A Direção de Planeamento Urbanístico de Entre Douro e Minho pertencia ao Ministério da Habitação e Obras Públicas sendo na altura Coordenador do Grupo de Estudos de Planeamento o arquiteto paisagista Ilídio de Araújo e Coordenador do Grupo de Estudos de Urbanismo o arquiteto urbanista Marques de Aguiar. A carta anexa a este ofício, intitulada “Parque Natural Regional. Alguns Elementos para a sua Delimitação” é datada de Abril de 1978, não estando no entanto assinada. Crê-se poder afirmar que a autoria seja de Ilídio de Araújo, que participou no Plano da Região do Porto, e conceptualizou o ordenamento do território do Norte de Portugal em função dos Centros de Apoio Rural, conforme a carta regista.

...“ O Parque Natural, conforme consta no “Relatório Estratégia Jun/75 é uma das propostas dos Consultores para os Estudos do Plano da Região do Porto. No relatório suplementar Sobre Recreio (que segue em anexo), dos mesmos autores, podem ler-se no apêndice, referências ao P.N. destacando-se aí a oportunidade das acções a empreender visando o seu estudo e implementação.

No seguimento das propostas de estudo aí apresentadas, tem vindo a ser feito um reconhecimento dos principais motivos de interesse (e compromissos) na área em questão, que conduziram à definição de um primeiro esboço de um limite do Parque, e de que se junta cópia à escala 1/50.000.

Nas cartas de Ordenamento Territorial a enviar em breve às CCMM da Bacia do Sousa na escala 1/25.000 constará este esboço e outros elementos de inquérito.

Houve a preocupação de incluir na área proposta em 1975 pelos Consultores, outros trechos de grande potencial paisagístico – as margens do Douro e Tâmega, p.ex.

A definição das vocações, potencial recreativo e capacidade de uso dos recursos em jogo, conducente ao zonamento do Parque e posteriores projectos de execução, pressupõem um total reconhecimento, por parte das autarquias locais dos valores que o Parque representa para os quais 1 milhão de habitantes da região no horizonte 2.000.

O recreio diário e o turismo poderão ser uma importante fonte de receitas para a população residente na área do Parque proposto, que, como se sabe, tem pouca vocação para os outros sectores de actividade económica.

O objectivo do Parque seria fundamentalmente proporcionar actividades recreativas (activas e passivas) para o que muito contará a preservação dos principais acessos existentes e o criterioso traçado das novas vias de forma que não se ultrapasse em cada momento a capacidade de uso dos recursos.

Ao nível do desenvolvimento urbanístico, salvo as intervenções pontuais nos equipamentos turísticos estritamente necessários mantêm-se válidos para a área do Parque princípios e propostas de Ordenamento Territorial do G.P.R.P para a Bacia do Sousa e Área do Grande Porto.

Para uma formulação das acções a empreender, desde as institucionais (qual entidade (s) que irá (ão) elaborar e gerir o Plano do Parque) às de natureza técnica e financeira, fica este Gabinete a aguardar o resultado das primeiras diligências inter-camarárias em curso, às quais, como lhe compete, dará todo o apoio.”

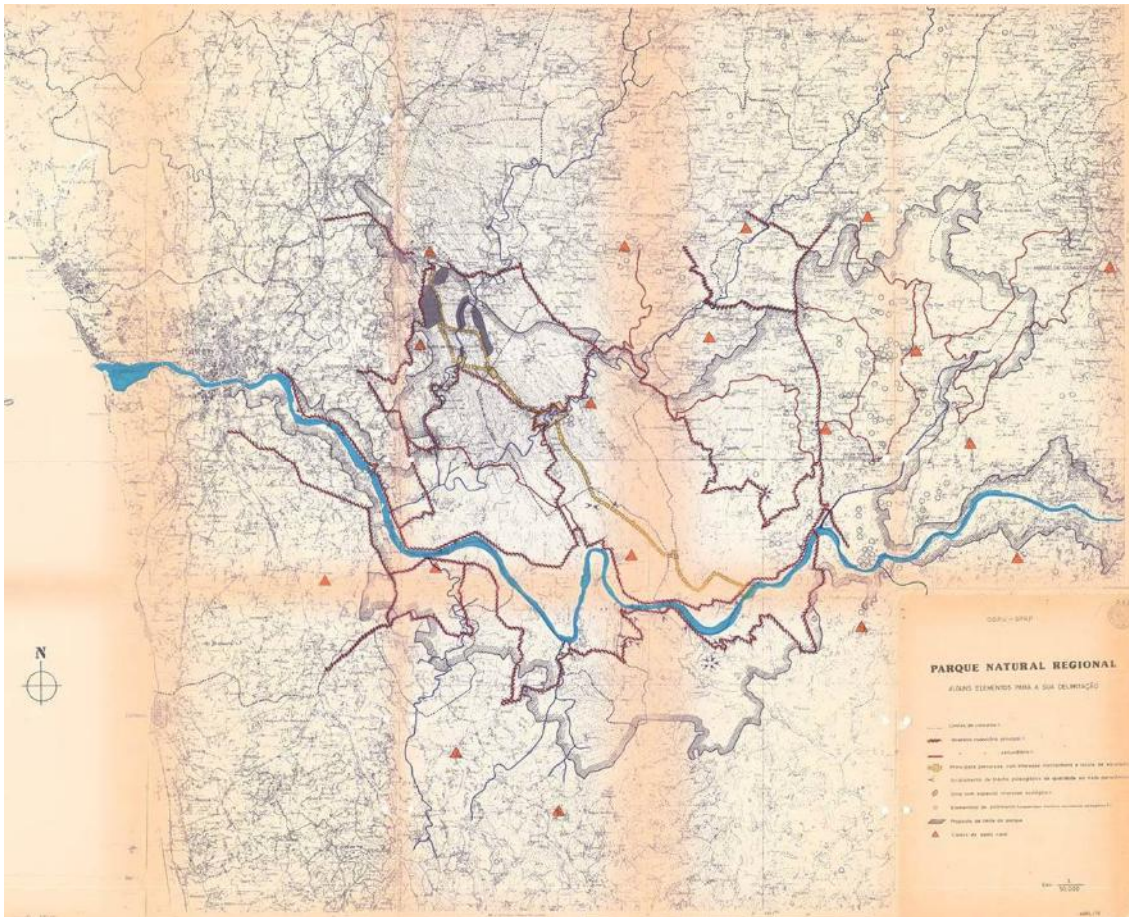


Figura 7 – Parque Natural Regional. Alguns Elementos para a sua Delimitação.

14

1981 – OLIVEIRA, Nuno Gomes, **Projecto de Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem, Dezembro.**

Proposta de criação de uma Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal.

Estudo encomendado pela Camara Municipal de Valongo e onde se propõe a delimitação de uma Reserva Natural Parcial. Pág. 7 – “As **serras de Santa Justa, Pias e Castiçal tem uma traça própria, uma traça, que urge preservar**; são um testemunho vivo da antiga pujança da natureza da região, um testemunho das culturas anteriores à nossa, uma região de beleza selvagem como hoje começa a ser difícil encontrar.

Estas serranias falam-nos da história, da biologia, da geohistória; se a soubéssemos salvaguardar e interpretar, podemos transformar serras de Santa Justa, Pias e Castiçal em autênticos laboratórios para o cientista e para o estudante e locais de cultura e recreio para o cidadão. As crianças das escolas, e os adultos porque não, poderiam ir ali ver como funciona uma azenha, aprender como os romanos exploravam o ouro, ou como hoje se explora e trabalha a lousa; podem ver plantas e animais já pouco comuns noutras zonas, e perceber melhor o equilíbrio da natureza; podem, em suma, ter uma lição viva sobre as ciências e as culturas.”

15

1987 - CARDOSO, Abilio *et al*, **Relatório - A Área Metropolitana do Porto- Problemas e prioridades, Comissão de Coordenação da Região Norte.**

Aponta a criação do parque metropolitano de Gondomar como um dos projectos prioritários.

Consultámos dois documentos: um de Março de 1987 e outro de Maio de 1987, são praticamente iguais.



Figura 8 – Capas do relatório

Relatório de Maio de 1987

Pág. 20 – Prioridades da intervenção pública da AMP: na alínea G - Áreas frágeis: protecção nomeadamente da faixa costeira e das margens do douro, parque(s) metropolitano(s) e contínuos verdes.

Pág. 22 - O "Parque metropolitano de Gondomar" é indicado como um dos "Projectos prioritários e em projecto", mas não desenvolve mais.

18

1988/1989 - Programa Operacional Regional da Área Metropolitana do Porto (PRORAMP)

Refere o projecto para o Parque Ecológico de Santa Justa.

Pág. 44 – Uma das prioridades sectoriais: *ordenamento e protecção de grandes áreas verdes com fins de equilíbrio ambiental e de recreio, principalmente na zona oriental da AMP.*

Pág. 16 – Quadro 1 refere o estudo global para o projecto do Parque Ecológico de Santa Justa, inserido num Programa de parques.

19

1990 – CARDOSO, Abílio Silva, Área Metropolitana do Porto – Que futuro?, CCRN, Série perspectivas, n.º3, Porto **Afirma que a defesa do ambiente deverá ser um dos elementos importantes da estratégia de desenvolvimento do interior da AMP**

Versa sobre a população, emprego, acessibilidades e transportes, e questões estratégicas fundamentais da AMP. Refere "valorização da mancha verde que cobre os concelhos envolvidos e do rio. **A defesa do ambiente deverá ser um dos elementos importantes da estratégia de desenvolvimento do interior da AMP**" (pag.20)

20

1993 - FIGUEIREDO, António; GOUVÊA, Conceição; SILVA, Laurinda, Estudo Sócio Económico da Área Metropolitana do Porto –Planum, Assessorias e Projectos, Lda.

Propõe o parque metropolitano inserido num corredor ecológico estrutural e como cortina verde tampão contribuindo para o equilíbrio ambiental de todo o ecossistema da AMP.

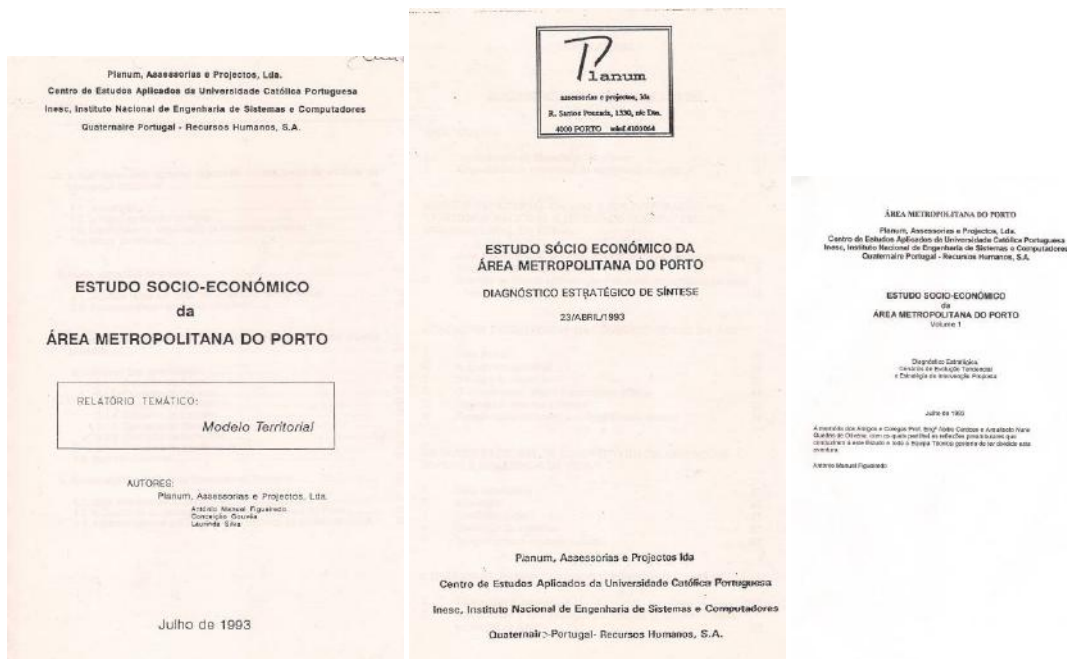


Figura 9 – Capas dos três documentos consultados

Consultámos três documentos do Plano: “Diagnóstico estratégico de síntese” (23 de Abril), “Volume I - Diagnóstico Estratégico, Cenários de Evolução Tendencial e Estratégia de Intervenção Proposta” (Julho) e “Relatório temático – Modelo territorial” (Julho)

- Estudo da qualidade da paisagem: Teresa Andresen e Cristina Castel-Branco

- Diagnóstico estratégico de síntese:

Pág. 87 - No capítulo 4 é relativo à qualidade do ambiente, no ponto 4.1 – A qualidade da paisagem da AMP - *“Introduziu-se o conceito de **corredor ecológico estrutural**, de modo a configurar uma proposta de rede de corredores de intervenção estratégicos para assegurar a qualidade da paisagem da AMP”*.

Pág. 87 e 88 - A síntese realizou-se mediante a sobreposição de cartas respeitantes à valorização dos recursos naturais e da utilização humana, permitindo identificar: *“1) estruturas únicas da paisagem prioritárias para a definição dos corredores ecológicos: a faixa litoral, constituída pelas dunas e praias, e os vales aluvionares, as principais linhas de água e ainda a poente a área constituída pelas Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal onde registam os declives mais acentuados associados às formações geológicas diversas do complexo xisto-grauváquico, e 2) estruturas resultantes da humanização da paisagem e associáveis a uma rede territorial, entre as quais para além da mancha agrícola ou com aptidão agrícola, são de destacar a mancha florestal e a presença marcante dos novos itinerários.*

É da sobreposição destas cartas que se obtém a proposta final que define quatro oportunidades de intervenção e investimento por parte da AMP para assegurar e valorizar a sua qualidade da paisagem e criar uma imagem unidade entre os concelhos onde cada vez mais a troca de serviços, a utilização dos recursos e a circulação dos cidadãos tende a aumentar”.

São elas: a) A orla litoral; b) os vales ricos em depósitos aluvionares; c) os itinerários principais e complementares; d) *“A orla florestal que funciona como um tampão e é um contraponto às oportunidades oferecidas pela orla litoral. A designação florestal não implica que esteja toda florestada, ate porque parte da zona designada por “Serra” tem uma aptidão específica e com certas restrições para floresta confrontadas com os problemas de complementaridade entre produção e protecção”*.

- Diagnóstico estratégico, Cenários de evolução tendencial e estratégia de intervenção proposta: (não tem numeração de páginas) (repete bastante o documento anterior)

No ponto 4.2.3 – Síntese das potencialidades identificadas – é referida *“vi) existência de uma faixa interior/fronteira da AMP com ocupação predominantemente floresta e agrícola, com notáveis capacidades de se constituir como **cortina verde tampão contribuindo para o equilíbrio ambiental de todo o ecossistema da AMP.**”*

Nos objectivos refere-se: *“Proteger, conservar e valorizar os recursos naturais constituídos pela faixa litoral, pelo troço fluvial terminal do rio Douro, pelo arco agro-florestal da envolvente – fronteira interior da AMP”*.

Nas propostas de intervenção “Estruturar o modelo territorial” é referida como proposta a **“Criação de um Parque metropolitano em matéria de ambiente e lazer”**, na área de incidência da política ambiental.

Relatório temático – Modelo territorial:

Pág. 23 – Refere que o concelho de Gondomar, no reforço das centralidades, apostou na área em torno da Serra de Santa Justa, como equipamento metropolitano no domínio do lazer e da valorização paisagística.

Pág. 23 - "A aposta na área de valorização ambiental parece correcta e assume um interesse metropolitano estratégico, pelo que constitui um factor a ter em conta no modelo territorial prospectivo".

Pág. 59- introduziu-se o conceito de "**corredor ecológico estrutural** com o objectivo final do estudo ser traduzido numa rede territorial de corredores de intervenção estratégicos para assegurar a qualidade da paisagem da área metropolitana".

21

2004 - ANDRESEN, Teresa, *et al*, **Estrutura Ecológica da Área Metropolitana do Porto, ICETA.**

A área de estudo está incluída na proposta de Estrutura Ecológica AMP, na unidade territorial nascente florestal.

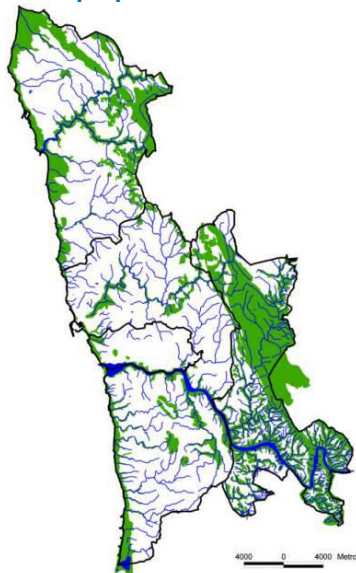


Figura 10 – Estrutura ecológica bruta

Pág. 88- "Estrutura Ecológica para a AMP tem uma expressão territorial que valoriza os sistemas naturais da paisagem com fins e aptidões diversos embora complementares entre si, como as actividades agro-florestais, a conservação da natureza e do património cultural, o recreio e o turismo."

Pág. 51 - A área de estudo é integrada na unidade territorial nascente florestal, onde o relevo é " particularmente declivoso, prevalecendo aqui os leptossolos e coincidindo fortemente esta unidade com as formações do complexo xistograuváquico e as formações xistentas do Ordovícico e do Silúrico. Sob o ponto de vista da diversidade biológica, há a destacar parte do Sítio da Rede Natura de Vale do Couce, Vale do Sousa e Serras de Valongo, assim como os habitats ribeirinhos do vale do Sousa e do troço superior do Leça, para além das margens do Douro."

22

2008 - ANDRESEN, Teresa, **Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental da Região Norte, PROT-NORTE, Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico, CCDR-Norte, Draft TA 24 Janeiro 2008.**

A área de estudo está incluída na proposta de Estrutura Ecológica do Arco Metropolitano do Noroeste, no sistema Serras.

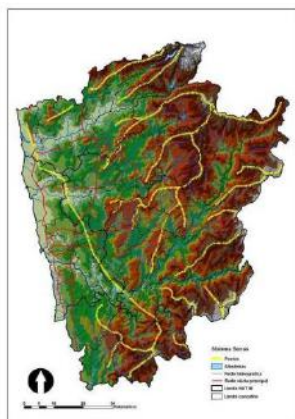


Figura 11 – Sistema Serras da EEAM

Apresenta a Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental para a Região Norte de Portugal (ERPVA Norte) assim como a proposta de Estrutura Ecológica do Arco Metropolitano do Noroeste (EEAM).

Pág. 40 – “O sistema serras reúne as áreas do território que se encontram a uma maior altitude, fundamentais para a captação de água, nomeadamente, as principais cabeceiras de linhas de água, onde predominam matos prados, pastagens e solos nus. Faz também parte deste sistema a cordilheira xisto-grauvática que como que subdivide a região entre litoral e interior, revelando um gradiente de altitudes significativo, desde a Serra da Freita ao Monte de São Félix, incluindo Santa Justa, Pias, Castiçal. Monte Córdova, etc.”

23

2009 - ANDRESEN, Teresa, et al, Rede de Parques Metropolitanos na Grande área Metropolitana do Porto – Relatório final, AMP, CIBIO, Fevereiro.

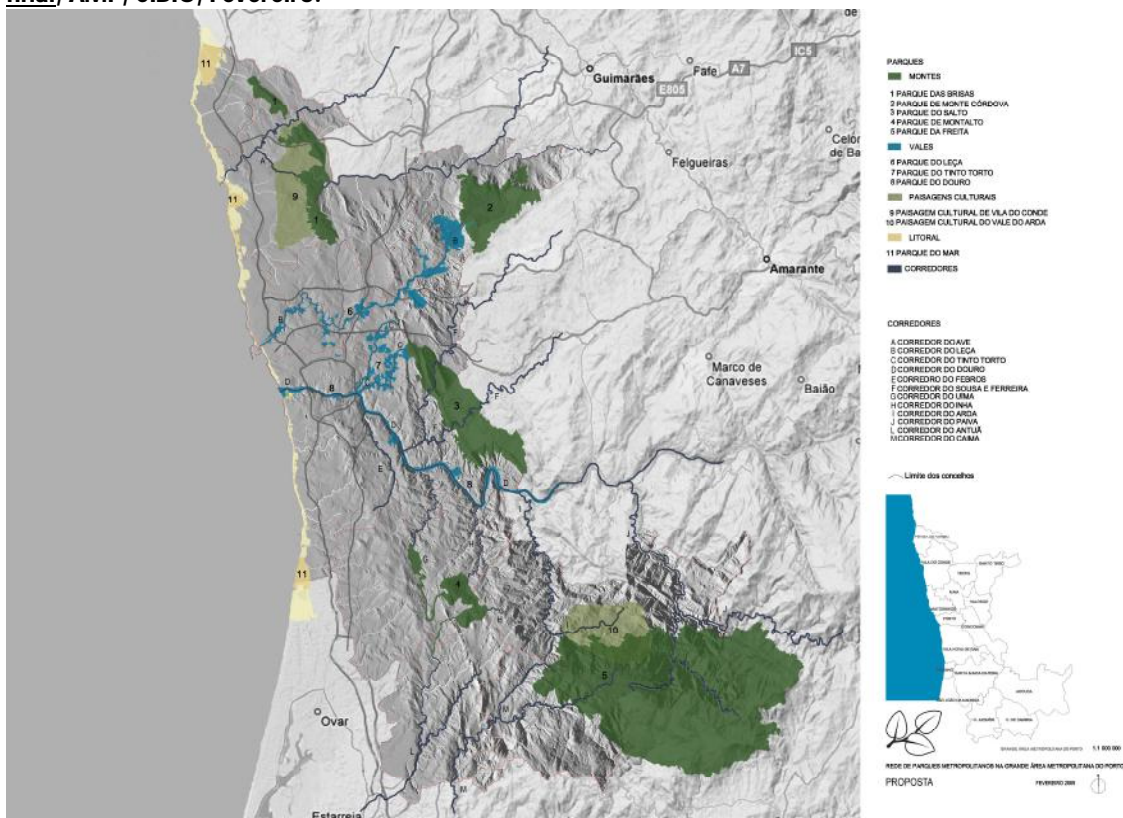


Figura 12 – Rede

de Parques Metropolitanos na Grande área Metropolitana do Porto

Proposta do Parque do Salto na tipologia “Monte” e aconselha a sua integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas enquanto Área de Paisagem Protegida de interesse regional

Pág. 43-No âmbito da Rede de Parques Metropolitanos numa área de 5100 ha, abrangendo os concelhos de Valongo, Gondomar, Paredes, é proposto o **Parque do Salto**, que abrange as serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Banjas, Flores e Santa Iria, podendo ser estendido à Serra da Boneca.

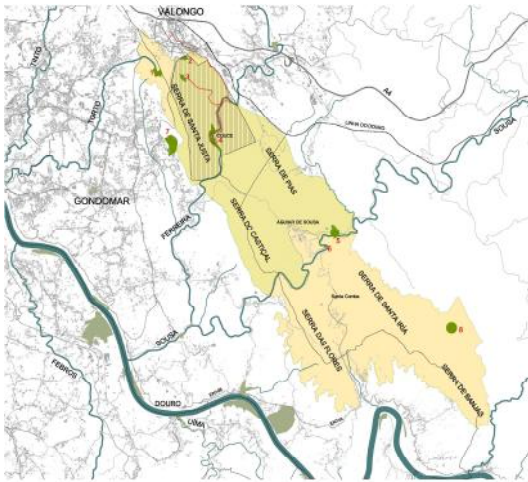


Figura 12 – Parque do Salto

Pag.43- "... integra um importante marco da história geológica do território continental, o "Anticlinal de Valongo". Contudo, o valor geológico deste espaço não se restringe somente a esta dimensão pois existe um conjunto de aspectos que fazem destas serras uma 'biblioteca temporal'. Como factores de maior relevância estão a presença de grandes quantidades de fósseis marinhos, indicando que outrora esta área foi fundo oceânico ou a presença de minas e fojos (antigas minas romanas de ouro). A presença destes valores levou, por iniciativa da Câmara Municipal de Valongo em articulação com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, à criação e delimitação do Parque Paleozóico.

A conjugação de condições climáticas favoráveis com a presença de fojos, há muito tempo desactivados, permitiu a fixação nestes locais de importantes comunidades vegetais e animais, nomeadamente os fetos (*Culcita macrocarpa* e *Tricomans speciosum*) e a salamandra portuguesa (*Chioglossa lusitanica*). Estas espécies, juntamente com outros habitats e espécies distribuídos pelas serras, fizeram com que o núcleo central formado por Santa Justa, Pias e Castiçal integrasse a Rede Natura 2000, constituindo o Sítio PTCON0024 Valongo. Distribui-se ao longo do maciço xistoso a oriente da cidade do Porto, que corre sensivelmente paralelo à costa, afastando-se esta para sul. Esta cordilheira, rasgada pelos Rios Ferreira e Sousa, integra um importante marco da história geológica do território continental, o "Anticlinal de Valongo".

A riqueza natural e patrimonial deste Parque não se restringe somente a este núcleo central. Um pouco por todo este território complexo existem marcos que evidenciam a sua importância como recurso natural e pólo de humanização e culto. O uso de solo predominante é o florestal, constituído por povoamentos florestais mono específicos prevalecendo o eucalipto, com presença de espécies invasoras (especialmente acácias), um cenário que se tem revelado particularmente vulnerável ao fogo. Este é o principal factor da transformação das serras nos últimos quarenta/cinquenta anos seguido da edificação. A paisagem das serras encontra-se desqualificada e a sua requalificação e reapropriação implica um processo de intervenção de média-longa duração, sendo que a instalação de áreas-piloto de intervenção de requalificação da paisagem devia ser prioritária.

Considera-se que, no âmbito da AMP, o **Parque do Salto reúne os factores necessários para a sua integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas enquanto Área de Paisagem Protegida de interesse regional.....".**